



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE GOVERNO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Primeira alteração à Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2008

Introdução

De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, o Governo submete a Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2008 — Orçamento Rectificativo, para consideração e aprovação pelo Parlamento Nacional.

O Orçamento Rectificativo prevê as estimativas mais recentes das receitas domésticas e das receitas petrolíferas e despesas adicionais do Estado.

Despesas Adicionais

O Anexo I, à presente Proposta de Lei estabelece os itens de despesa para os quais se pretende dotação adicional.

Estas novas despesas são o resultado de uma perspectiva futura das políticas do Governo, também dirigidas para prevenir uma eventual crise económica e reforçar a estabilidade actual.

Muitos dos aumentos na despesa têm em vista um desenvolvimento dos projectos-piloto que foram bem sucedidos, para trazer benefícios ao povo de Timor-Leste num espaço de tempo mais curto do que inicialmente previsto. Isto inclui projectos-piloto na área da agricultura (v.g. na produção de arroz), mão-de-obra intensiva na reparação de estradas, "cash for work" e formação profissional. Todas estas iniciativas pretendem aumentar o poder económico das comunidades locais.

Outros aumentos estão também dirigidos à aceleração do desenvolvimento nas áreas essenciais, especialmente no sector da electricidade.

Finalmente o Governo solicita também a alocação de recursos adicionais para repôr os custos relacionados com as acções de resposta às situações de emergência como a que aconteceu em 11 de Fevereiro e desastres naturais.

Em consequência a proposta de Lei de Orçamento Rectificativo, apresenta um aumento das provisões orçamentais para 2008 num total de \$773.3 milhões, conforme se mostra no quadro seguinte:

Categoria de Despesa	Orçamento Original (\$m)	Orçamento depois de Transferências (\$m)	Adicional (\$m)	Orçamento Rectificativo (\$m)
Salários e vencimentos	48.028	48.455	10.973	59.418
Bens e serviços	143.696	141.899	304.976*	446.875
Capital Menor	24.536	25.250	13.999	39.249
Capital de desenvolvimento	67.715	68.031	47.522	115.553
Transferências	63.878	64.128	48.089	112.217
Total	347.753	347.753	425.559	773.312

* Inclui USD \$ 240 milhões para o Fundo de Estabilização Económica. **Estimativa de receitas**

As estimativas actualizadas das receitas do Estado indicam um aumento nas receitas projectadas a partir das receitas petrolíferas em 2008, comparado com a posição estabelecida nos documentos do orçamento anual.

A estimativa original era de \$1,379.3 milhões, sendo que na proposta agora apresentada estima-se o valor de \$2,025.6 milhões, significando assim, um aumento de \$646.3 milhões.

A razão deste aumento deve-se sobretudo ao aumento nas receitas petrolíferas. Tal como o Governo indicou nos documentos orçamentais anuais, os preços mundiais do petróleo são historicamente muito voláteis e sujeitos a grandes e rápidas oscilações.

Medidas novas

O documento de apoio ao Orçamento Rectificativo de 2008 apresenta de forma mais detalhada, as novas medidas sobre a política de poupança e de gastos do Governo.

Criação do Fundo de Estabilização Económica

A criação de um fundo para a Estabilização Económica surge para fazer face à recessão económica que se faz sentir a nível mundial, nomeadamente a crise alimentar e o aumento do preço dos alimentos no mundo e, vem no seguimento, da recente Declaração sobre a -Segurança Alimentar Mundial, por representantes de 180 países e pela União Europeia em Roma.

A Declaração de Roma acentuou a Segurança Alimentar como uma questão de importância nacional, devido ao impacto negativo do aumento dos preços dos alimentos essenciais, particularmente nas áreas rurais e urbanas pobres.

Urge também tomar as providências necessárias para combater os efeitos negativos do aumento do preço dos combustíveis e dos materiais de construção civil.

O Orçamento de Estado pode ser usado como uma ferramenta de apoio para os desafios não só dos aumentos de preços mas também nas dificuldades de abastecimento e outros constrangimentos. O Governo está numa situação em que não necessita de esperar o apoio de urgência dos parceiros de desenvolvimento enquanto a população sofre. Faz mais sentido começar de imediato a procurar resolver esta questão antes que a crise social e económica se torne grave e comece a afectar a estabilidade nacional.

Desta forma o Governo decidiu alocar os referidos USD \$ 240 milhões para fazer frente a esta necessidade nacional.

Salários e vencimentos

Orçamento do Estado para salários e vencimentos vai aumentar em \$11.0 milhões para um total de \$ 59.4 milhões, em 2008.

As medidas principais incluem:

- Um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares a todos os funcionários do Estado;
- Fundos adicionais para cobrir o estipulado no Decreto do Governo n.º 1/2008, de 15 de Fevereiro, que altera os subsídios extraordinários e cria outros subsídios para membros da PNTL e F-FDTL;
- Fundos para apoiar os profissionais no sector público, incluindo magistrados, oficiais superiores de saúde, docentes e outros técnicos superiores;

Bens e serviços

Orçamento do Estado para bens e serviços vai aumentar em \$64.9 milhões para um total de \$446.9 milhões, em 2008, dos quais se excluem \$240 milhões que são consignados ao estabelecimento do Fundo de Estabilização Económica. As medidas principais para além da criação do Fundo incluem fundos adicionais para:

- A primeira fase de estudos sobre fontes alternativas de energia;
- Um Programa Piloto de Formação Intensiva de Professores;
- A compra de medicamentos para hospitais;
- Fornecimento de serviços aos hospitais;
- Custos relativos às Embaixadas existentes e propostas no exterior;
- Combustível para a geração de electricidade em Timor-Leste;
- Subsidiar os custos das operações do Berlin-Nakroma;
- A primeira fase de um estudo de avaliação das necessidades Infra-estruturais no País e;
- Formação de militares das F-FDTL na China, relativamente à construção dos 2 Navios de Patrulha das águas territoriais e prevenção da pesca ilegal.

Capital menor

O orçamento do estado para capital menor vai aumentar em \$14.0 milhões para um total de \$39.2 milhões, em 2008.

As medidas principais incluem:

- Compra de tractores e outras máquinas para apoiar agricultores Timorenses;
- Compra de veículos multifuncionais para os centros de saúde.

Capital de desenvolvimento

O Orçamento de Estado para capital de desenvolvimento vai aumentar em \$47.5 milhões para um total de \$115.553 milhões, em 2008.

As medidas principais incluem:

- Primeiro pagamento de dois navios de patrulha de protecção marítima e prevenção da pesca ilegal;
- Pagamento inicial da construção de infra-estruturas para a produção e distribuição de

electricidade para o País;

- Fundos para a primeira fase de construção de um complexo para reciclagem de óleos usados;
- Construção de 8 Instalações Agrícolas Regionais e Centros de Manutenção nos distritos;
- Medidas de apoio aos agricultores Timorenses;
- Melhoria dos sistemas de irrigação;
- Reabilitação do Edifício n.º 5 no complexo do Palácio do Governo incluindo kobe houses para as instalações temporárias das Alfândegas e Impostos;
- Projectos de concepção e obras de normalização do fluxo de águas e para o controlo de cheias das ribeiras de Lacro Loa, Maumeta, Lauhata, Laleia, Karau Ulun, Cassa, Loumea e Sahen;
- Projectos de concepção da nova Ponte de Comoro;
- Melhoria do tráfego de peões em Dili e a renovação do Jardim de Colmera;
- Construção de mercados tradicionais em Bobonaro e Oecusse;
- Reforço do Quebra-Mar no Aeroporto Internacional de Dili;
- Reabilitação de mais de 200km de estradas rurais nos 13 distritos;
- Construção de 3 mercados rurais em Ermera e;
- Construção do muro exterior da prisão de Becora.

Transferências Públicas

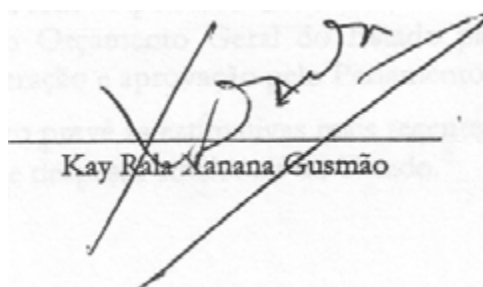
O Orçamento de Estado para transferências públicas vai aumentar em \$48.1 milhões para um total de \$112.2 milhões, em 2008.

As medidas principais incluem fundos adicionais para.

- Um aumento no número de beneficiários da Pensão para Idosos;
- Um aumento no valor de pagamento de pensões dos Combatentes da Libertação Nacional;
- Assistência a deslocados internos; Assistência adicional aos petionários;
- Apoiar a organização de competições desportivas a nível regional e nacional para melhorar os desportos a nível nacional; e
- Apoio a organizações que prestam assistência em áreas de trabalho prioritário e reforço do programa de "cash for work" .
-

Dili, 23 de Junho de 2008

O Primeiro-Ministro,



Kay Rala Xanana Gusmão